

'O Bird não fixa condição'

**RIO
AGÊNCIA ESTADO**

O Banco Mundial não poderá impor nenhuma condição para que o Brasil utilize o seu primeiro pacote de recursos destinados à reforma do sistema financeiro nacional, no valor de US\$ 500 milhões. Foi o que afirmou ontem, no Rio, o diretor de Fiscalização do Banco Central, Tupy Caldas de Moura, que na próxima segunda-feira vai participar da reunião do BC com a missão do Bird sobre o tema.

Tupy Caldas fez essas afirmações logo após participar do almoço em homenagem ao novo diretor da Associação das Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento (Adecif), Luiz Alberto Madeira Coimbra. Segundo o diretor do BC, os principais pontos da reforma financeira e a forma de encaminhá-la serão discutidos com a missão do Bird. Mas é certo que todas as instituições financeiras interessadas terão de arcar com os custos do projeto, na medida em que os recursos do Banco Mundial lhes serão repassados. Nas discussões com os técnicos do Bird, será elaborado um documento básico a ser discutido com todos os setores envolvidos.

O diretor do BC informou também que ainda este mês poderá estar definida a aprovação do banco ao levantamento da liquidação da Sociedade de Crédito Imobiliário Letra S/A, incluindo as decisões adotadas na última assembléia geral da empresa, em 4 de janeiro. Segundo ele, a Letra é a empresa cujo processo de suspensão está mais adiantado.

O Banco Central e a Caixa Econômica já aprovaram a realização de contratos da empresa para liquidação das dívidas com a própria Caixa e com os Fundos de Assistência à Liquidez (FAL) e de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias (FGDLI), em prazos que vão de 12 a 15 anos, de acordo com a carência correspondente das cédulas hipotecárias envolvidas. Outras empresas cujo processo de suspensão de liquidação está em andamento são a Terra e a Haspa. Quanto à Delfin, Tupy Caldas informou que há uma comissão de engenheiros da Caixa e do Banco Central trabalhando na reavaliação dos ativos das suas sociedades de crédito imobiliário, para verificar se cabe ou não suspender a liquidação.